

Comunicado à imprensa:

Sobre a nota conjunta da Anamatra e Amatra, gostaria de fazer os seguintes esclarecimentos:

1. Acho muito importante que a Anamatra e Amatra entrem no debate sobre essa escandalosa operação imobiliária que foi realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;
2. Esquece a Anamatra e a Amatra, que é prerrogativa de um Deputado Federal fiscalizar a aplicação dos recursos públicos dos três poderes;
3. Realmente a Anamatra e Amatra têm razão quando diz "O deputado Silvio Costa, por sua atuação enquanto empresário da educação no Estado de Pernambuco é conhecido da Justiça do Trabalho". Reconheço que, quando fui empresário da educação tive causas trabalhistas, como muitos empresários desse país. Isso não me envergonha. Entretanto, entendo esta expressão da Anamatra e Amatra como uma ameaça. Tenho 22 anos de vida pública e não tenho medo de enfrentar nenhuma corporação;
4. A Anamatra tem razão quando diz que sou um crítico da Justiça do Trabalho. Das vinte maiores economias do mundo o Brasil é o único país que tem uma Justiça do Trabalho, no mínimo, desatualizada. Por exemplo, aqui no Brasil a Justiça do Trabalho não respeita a chamada autonomia da vontade. A maioria do pensamento da Justiça do Trabalho é paternalista. Por essa razão, tenho orgulho de informar que sou autor do Código do Trabalho do Brasil e do Código do Processo de Trabalho do Brasil que está tramitando na Câmara Federal;
5. Sou um crítico da atuação da Justiça do Trabalho porque entendo que é a porção do judiciário que mais invade as prerrogativas do Congresso Nacional. A Justiça do Trabalho já editou 468 súmulas, cada súmula é uma afronta às prerrogativas do Congresso;
6. Voltando à operação imobiliária é preciso que a Anamatra e a Amatra expliquem a seguinte matemática: serão construídos 25.000 metros quadrados. Se por absurdo, cada metro quadrado custar 4.000,00 (quatro mil reais), o total da obra seria 100 milhões de reais. Todo mundo sabe que no Brasil quando um aluguel é muito bem pago, no máximo equivale há 1% do valor do imóvel. Portanto, o aluguel seria de um

milhão de reais, tudo isso fugindo da razoabilidade. Como pode alguém defender um aluguel de 1.950.000,00 reais por mês, num contrato de 15 anos?

7. Quero que a Anamatra e Amatra consultem qual o sentimento da população em relação a essa operação imobiliária;
8. É verdade que não tenho a prerrogativa de convocar um membro do Poder Judiciário, entretanto já dei entrada num requerimento de convite que será votado na Comissão de Trabalho e, tenho certeza, que em nome da transparência e do zelo pelos recursos públicos a excelentíssima senhora desembargadora não se negará a comparecer a Comissão de Trabalho da Câmara Federal para explicar essa operação imobiliária;
9. Além do convite, pretendo realizar uma audiência pública com os deputados federais, membros da Comissão de Trabalho, se possível, em meu estado Pernambuco, onde convidarei todos os atores envolvidos nessa operação imobiliária, para que tenhamos os esclarecimentos devidos;
10. Encaminhei um requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, onde solicito que seja feito um diagnóstico deste projeto imobiliário pela referida Comissão. Agendei uma visita ao Tribunal de Contas da União onde buscarei informações sobre este contrato;
11. Quero que a Anamatra e Amatra expliquem o processo n.º CSJT-A-14010-39.2014.5.90.0000, onde a Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT se posiciona contrária a esta operação imobiliária;
12. Não tenho o direito, nem estou acusando ninguém de malversação de recursos públicos, entretanto, como parlamentar da Câmara Federal do Brasil, tenho o direito legítimo e inatacável de fiscalizar os recursos públicos. É evidente que, se o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região apresentar argumentos convincentes em relação a esta operação, ficarei lisonjeado por ter tido contribuído com o debate, do contrário, irei às últimas instancias para anulação do contrato.

Faço política com respeito às pessoas. Não tenho, nunca tive e jamais terei medo de ameaças, muito menos, corporativistas.

**SILVIO COSTA**

Deputado Federal PSC

Clóvis



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TRT - GP n.º 150/2015

Recife, 30 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**CLÓVIS CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO**  
Desembargador Aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da  
Sexta Região

Assunto: **Notícia a celebração de contrato para locação de  
edifício destinado à instalação do Fórum Trabalhista  
do Recife**

Senhor Desembargador,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para, em atenção à manifestação recebida na Ouvidoria Judiciária deste Regional, cadastrada sob o n.º 0339/2015, agradecer vosso interesse com os assuntos afetos a esta Corte e noticiar que, com fundamento em robusto estudo técnico e com o respaldo do Tribunal de Contas da União (Processo TC n.º 046.489/2012-6 - Acórdão n.º 1.301/2013) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Processo n.º CSJT-A-14010-39.2014.5.90.0000), este Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região celebrou contrato com vistas à locação de imóvel a ser construído sob medida para abrigar o Fórum Trabalhista do Recife.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Por oportuno, deve ser ressaltado que se trata de obra de imensa relevância para a Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco, porquanto resultará em local de trabalho com estrutura física adequada para que magistrados e servidores possam melhor atender aos jurisdicionados e seus advogados.

Colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**GISANE BARBOSA DE ARAÚJO**  
Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região



# OUVIDORIA DO TRT 6ª REGIÃO

denir de Soares  
Téc Judiciário  
Mat. 308.6.1558

## FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO

NUMERO: 339 DATA: 17-03-2015

NOME: CLOVIS CORREA IDADE: -

SEXO: M ESTADO CIVIL: Solteiro PROFISSÃO: - ESCOLARIDADE: Mestrado

ENDEREÇO: Av. Visconde de Jequitinhonha, 2190, Boa Viagem, Recife, PE 51.130-020

TELEFONE: 9971-6455 RAMAL: -

1ª ENTREVISTA:  SIM  NÃO TIPO:  RECLAMAÇÃO  SOLICITAÇÃO

ATENDIMENTO FEITO:  PESSOAL  VIA INTERNET  VIA URNA  VIA FONE

E - MAIL: professorcloviscorrea@hotmail.com

RECLAMAÇÃO/SOLICITAÇÃO

Ao tomar conhecimento, há oito dias atrás, por meio da Exma. Presidente, Dra. Gisane Barbosa, de que o novo prédio (para 40 Varas) do Tribunal iria ser construído por terceiros e ser alugado a esse Regional a preço de hoje de R\$ 1.900.000,00 mensais, fiquei, como ex-Presidente do TRT, meditando que o mais adequado, mais econômico, mais próximo da sociedade seria a locação de 40 imóveis disseminados nos bairros do Recife, que ao preço exagerado de R\$ 5.000,00, cada um, representaria apenas R\$ 200.000,00 por mês, economizando o Tribunal um volume de R\$ 1.700.000,00 por mês. Nessa oportunidade, lembra que o majestoso prédio que foi adquirido em Boa Viagem, na Domingos-Ferreira, para ser a 20ª Junta de Conciliação e Julgamento, que hoje abriga o Memorial da Justiça do Trabalho, sem nenhuma utilidade pública, que não é visitado por ninguém, voltasse a ser uma das 40 Varas que deveriam ser instaladas nos bairros de Recife. Além da economia, teríamos a Justiça próxima do cidadão, evitando-se atrasos nas audiências em decorrência de congestionamento e do trânsito cada vez mais caótico nesta cidade. Por fim, quero parabenizar meus colegas Magistrados do Tribunal pelo alto índice de julgamento da Corte, que se aproxima do percentual de 90% dos processos que são remetidos à Segunda Instância.

*Recife, 17 de março de 2015*  
*[Assinatura]*

Especie: Outros



TRT 6ª REGIÃO - PE

# OUVIDORIA DO TRT 6ª REGIÃO

## FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO

### DESPACHO

e

### ENCAMINHAMENTO

UNIDADE DE TRABALHO: SEM LOTAÇÃO

PRAZO DE RETORNO: 17-03-2015

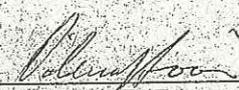
### INFORMAÇÕES SOBRE O PROBLEMA

### SOLUÇÃO ADOTADA

Mantendo-se cópia da presente manifestação em nossos arquivos, encaminhe-se o original diretamente à Secretaria Geral da Presidência deste TRT. Dê-se ciência ao Exmo. Dr. Clovis Correa acerca deste encaminhamento e, após, archive-se.  
Recife, 17 de março de 2015.

  
ENEIDA MELO CORREIA DE ARAUJO  
Desembargadora Ouvidora do TRT6

- EM ANDAMENTO, PREVISTO PARA
- RESPONDIDO AO INTERESSADO EM 23/03/15
- CONCLUÍDO EM 23/03/15

  
ASSINATURA

Número: 339

Odenir de V. Soares  
Téc. Judiciário  
Mat. 308.6.1558



ODENIR DE VASCONCELOS SOARES &lt;odenir.soares@trt6.jus.br&gt;

**Resposta da Ouvidoria em atenção ao Formulário de Atendimento 0339/2015**

1 mensagem

ouvidoria trt6 <ouvidoria@trt6.jus.br>  
Para: professorcloviscorrea@hotmail.com

23 de março de 2015 08:27

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO

OUVIDORIA JUDICIÁRIA

A/C DE CLOVIS CORREIA

Prezado(a) Senhor(a)

De ordem superior, transcrevo a seguir o despacho exarado pela Exma. Sra. Desembargadora Ouvidora do TRT6, em atenção a sua solicitação cadastrada nesta Ouvidoria, sob o nº 0339/2015, que ora também, passo a transcrever:

**DESPACHO:**

"Mantendo-se cópia da presente manifestação em nossos arquivos, encaminhe-se o original diretamente a Secretaria Geral da Presidência deste TRT. De-se ciência ao Exmo. Dr. Clovis Correa acerca deste encaminhamento e, após, archive-se.

Recife, 17 de março de 2015.

ENEIDA MELO CORREIA DE ARAUJO

Desembargadora Ouvidora do TRT6

**SOLICITAÇÃO:**

"Ao tomar conhecimento, há oito dias atrás, por meio da Exma. Presidente, Dra. Gisane Barbosa, de que o novo prédio (para 40 Varas) do Tribunal iria ser construído por terceiros e ser alugado a esse Regional a preço de hoje de R\$ 1.900.000,00 mensais, fiquei, como ex-Presidente do TRT, meditando que o mais adequado, mais econômico, mais próximo da sociedade seria a locação de 40 imóveis disseminados nos bairros do Recife, que ao preço exagerado de R\$ 5.000,00, cada um, representaria apenas R\$ 200.000,00 por mês, economizando o Tribunal um volume de R\$ 1.700.000,00 por mês. Nessa oportunidade, lembra que o majestoso prédio que foi adquirido em Boa Viagem, na Domingos Ferreira, para ser a 20ª Junta de Conciliação e Julgamento, que hoje abriga o Memorial da Justiça do Trabalho, sem nenhuma utilidade pública, que não é visitado por ninguém, voltasse a ser uma das 40 Varas que deveriam ser instaladas nos bairros de Recife. Além da economia, teríamos a Justiça próxima do cidadão, evitando-se atrasos nas audiências em decorrência de congestionamento e do trânsito cada vez mais caótico nesta cidade. Por fim, quero parabenizar meus colegas Magistrados do Tribunal pelo alto índice de julgamento da Corte, que se aproxima do percentual de 90% dos processos que são remetidos à Segunda Instância."

Atenciosamente,

  
Odenir de Vasconcelos Soares

Técnico Judiciário

Diga NÃO ao trabalho infantil. Lugar de criança é nas escola. Vamos todos contribuir para a erradicação do trabalho infantil. Faça a sua parte. Esta Ouvidoria recebe denúncias referentes a trabalho infantil por meio dos seguintes canais de acesso: E-mail: [ouvidoria@trt6.jus.br](mailto:ouvidoria@trt6.jus.br); Telefones: 0800-722-4477, (81) 3225-3210, 3211, 3212; Formulário eletrônico: [http://www1.trt6.gov.br/ouvidoria/dsp\\_exibe\\_cadastro\\_www.php](http://www1.trt6.gov.br/ouvidoria/dsp_exibe_cadastro_www.php).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª REGIÃO  
Ouvidoria Judiciária  
(Recife - PERNAMBUCO)

CÓPIA

OFÍCIO-TRT-OUVIDORIA Nº 0146/2015

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6ª Região  
Protocolo Geral TRT 6ª Região  
PROTOCOLO No: 3399/2015  
Anexos:0  
DATA: 23/03/2015 09:20

Recife, 20 de março de 2015

Senhor Secretário,

Por meio do presente e cumprindo determinação, encaminho a Vossa Senhoria manifestação recebida nesta Ouvidoria Judiciária e cadastrada sob o nº 0339/2015.

Na oportunidade, apresento protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

EUNÁPIO MÁRIO LINS DA SILVA  
Secretário da Ouvidoria

Ilmo. Sr.  
**SÉRGIO RICARDO BATISTA MELLO**  
Secretário-Geral da Presidência do TRT 6ª Região

Portal TRT6

08/05/2015



## **TRT-PE esclarece questões sobre novo prédio de Fórum Trabalhista**

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), tendo em vista recentes informações divulgadas em veículos da imprensa local, a respeito do novo Fórum Trabalhista do Recife, vem a público prestar os devidos esclarecimentos:

1. Todas as varas contam com o Processo Judicial eletrônico (PJe-JT), que requer a utilização de equipamentos de informática específicos e de rede para transmissão de dados de larga capacidade. Varas em diversos imóveis exigiriam redes próprias, o que seria mais oneroso, de difícil execução e manutenção e poderia comprometer o funcionamento. Torna-se inviável, portanto, a ideia de descentralização das varas nos bairros do Recife, considerando-se, além disso, a questão da mobilidade urbana;
2. Tramita anteprojeto que cria oito novas varas para a capital, o que sinaliza uma ampliação de 23 para 31 Varas, em futuro próximo. Além disso, o edifício precisa comportar serviços auxiliares, tais como espaço para leilão, sala para advogados, suporte de informática, manutenção predial;
3. Após consulta à Secretaria do Patrimônio da União sobre existência de imóvel disponível, com resultado negativo, e publicação de edital, foi firmado, em janeiro de 2015, contrato para locação de imóvel futuro (*built to suit*), a ser construído segundo as necessidades do Tribunal, no bairro de Santo Amaro, que recebeu aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TCU; e
4. Por causa da deterioração física do Edifício Sudene, que abriga as Varas da Capital, a Administração do Tribunal busca a locação de outro imóvel, provisoriamente. Sob análise e à espera de reforço orçamentário, não existe ainda contrato de locação firmado em Boa Viagem.



Portal Amatra6

11/05/2015

## **Fórum Trabalhista do Recife: Anamatra e Amatra 6 (PE) divulgam nota de esclarecimento**

A Anamatra e a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região (Amatra 6/PE) divulgaram nesta segunda-feira (11/5) nota de esclarecimento na qual se manifestam

sobre as declarações do deputado Sílvio Costa (PSC/PE) sobre o contrato firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) para a construção do Fórum Trabalhista do Recife.

O parlamentar, no dia 8 de maio, declarou à imprensa que o Tribunal alugara uma casa por 1,9 milhões de reais mensais, classificando a operação de “escandalosa”. O deputado também criticou a atual presidente do Tribunal, desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, e disse que a convocará para que se explique perante a Câmara dos Deputados.

Confira abaixo a manifestação das entidades:

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA e a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região - AMATRA 6 (PE), ao tomarem conhecimento de considerações do Deputado Federal Sílvio Costa (PSC/PE) acerca de contrato firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) para a construção do Fórum Trabalhista do Recife, vêm a público manifestar-se nos seguintes termos:

1. O deputado Sílvio Costa, por sua atuação enquanto empresário da educação no Estado de Pernambuco, é conhecido da Justiça do Trabalho. Enquanto presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados manifestou-se, diversas vezes, de maneira negativa em relação a temas afetos à Magistratura e ao Direito do Trabalho.
2. As declarações do deputado no caso revelam desconhecimento do contrato. Não ficam claros os objetivos do parlamentar em denegrir a imagem do TRT/PE, fazendo críticas apressadas sem sequer averiguar, o que confessa ao afirmar que tomará severas providências “se esta operação for verdadeira”. Além disso, o deputado esquece que não tem poder para convocar integrantes do Poder Judiciário para depor na Câmara dos Deputados.
3. Nenhuma das afirmações do parlamentar corresponde à verdade. A Justiça do Trabalho de Pernambuco é uma das poucas no Brasil que não possui imóvel próprio para sediar o fórum da Capital. Sabe-se que o Fórum do Recife vem funcionando, precariamente, há mais de oito anos, no antigo prédio da Sudene, edificação que, atualmente, não apresenta as mínimas condições de higiene e segurança para sediar as Varas do Trabalho da Capital, por onde circulam e trabalham milhares de pessoas diariamente, sob iminente risco. A propósito, o parlamentar está convidado a verificar *in loco* a precariedade das instalações físicas.
4. Antevendo o problema e antes que uma tragédia ocorra, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região vem, há muitos anos, procurando uma forma de solucionar o problema. Dessa forma, por absoluta falta de outra alternativa viável, o TRT terminou por se fixar na opção de construção de prédio no sistema built-to-suit, ou seja, edificação sob encomenda, para locação posterior.

40 Varas

5. Para assegurar a absoluta transparência e a regularidade da contratação, bem como a fim de evitar questionamentos futuros, o então presidente do TRT submeteu o projeto, previamente, ao Tribunal de Contas da União, onde foi obtida aprovação. Em seguida, o projeto foi submetido ao crivo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao qual compete o controle administrativo e financeiro do TRT. Ali também nada se encontrou que pudesse obstar a concretização do plano. E, agora, os dirigentes vêm envidando todos os esforços para a concretização do planejado. Estima-se que, em quatro anos, finalmente o fórum trabalhista do Recife terá instalações adequadas.

6. A escolha da empresa construtora foi antecedida de concorrência pública e, quando o prédio for entregue, naturalmente, o TRT pagará aluguel mensal, estipulado contratualmente, em valor absolutamente compatível com a área do edifício locado, que abrigará, no limite, 40 Varas do Trabalho, além de outras instalações, como a Escola Judicial, Sala de Leilões, etc. A avaliação de preço de mercado de locação foi feita pela Caixa Econômica Federal, segundo orientação do TCU.

7. É assim que o TRT está resolvendo o problema da localização das varas trabalhistas da capital, de forma ágil e sem a movimentação de volumosos recursos orçamentários que seriam necessários à construção do prédio.

8. A crítica do deputado desconsidera todos esses aspectos. A todo e qualquer cidadão brasileiro, assim como também ao próprio deputado, é assegurado o direito de informação e de fiscalização dos atos dos administradores público, mas do exercício desse direito não pode decorrer dúvida infundada quanto à honradez dos administradores da Corte Trabalhista de Pernambuco, e nem pode qualquer cidadão – muito menos um deputado federal – tentar macular a imagem da Justiça do Trabalho de Pernambuco, a qual sempre foi conhecida por sua reputação retilínea.

9. A Anamatra e a Amatra 6 (PE) solidarizam-se com a Magistratura do Trabalho da 6ª Região, dada sua história e quase octogenária da Justiça do Trabalho em Pernambuco, sem que haja mácula a lhe tingir a reputação.

Brasília, 11 de maio de 2015.

Paulo Luiz Schmidt  
Presidente da Anamatra

André Luiz Machado  
Presidente da Amatra 6 (PE)



Portal Anamatra

11/05/2015

## **Fórum Trabalhista do Recife: Anamatra e Amatra 6 (PE) divulgam nota de esclarecimento**

A Anamatra e a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região (Amatra 6/PE) divulgaram nesta segunda-feira (11/5) nota de esclarecimento na qual se manifestam sobre as declarações do deputado Sílvio Costa (PSC/PE) sobre o contrato firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) para a construção do Fórum Trabalhista do Recife.

O parlamentar, no dia 8 de maio, declarou à imprensa que o Tribunal alugara uma casa por 1,9 milhões de reais mensais, classificando a operação de "escardalosa". O deputado também criticou a atual presidente do Tribunal, desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, e disse que a convocará para que se explique perante a Câmara dos Deputados.

Confira abaixo a manifestação das entidades:

### **NOTA DE ESCLARECIMENTO**

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região - AMATRA 6 (PE), ao tomarem conhecimento de considerações do Deputado Federal Sílvio Costa (PSC/PE) acerca de contrato firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) para a construção do Fórum Trabalhista do Recife, vêm a público manifestar-se nos seguintes termos:

1. O deputado Sílvio Costa, por sua atuação enquanto empresário da educação no Estado de Pernambuco, é conhecido da Justiça do Trabalho. Enquanto presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados manifestou-se, diversas vezes, de maneira negativa em relação a temas afetos à Magistratura e ao Direito do Trabalho.

2. As declarações do deputado no caso revelam desconhecimento do contrato. Não ficam claros os objetivos do parlamentar em denegrir a imagem do TRT/PE, fazendo críticas apressadas sem sequer averiguar, o que confessa ao afirmar que tomará séveras providências "se esta operação for verdadeira". Além disso, o deputado esquece que não tem poder para convocar integrantes do Poder Judiciário para depor na Câmara dos Deputados.

3. Nenhuma das afirmações do parlamentar corresponde à verdade. A Justiça do Trabalho de Pernambuco é uma das poucas no Brasil que não possui imóvel próprio para sediar o fórum da Capital. Sabe-se que o Fórum do Recife vem funcionando, precariamente, há mais de oito anos, no antigo prédio da Sudene, edificação que, atualmente, não apresenta as mínimas condições de higiene e segurança para sediar as Varas do Trabalho da Capital, por onde circulam e trabalham milhares de pessoas diariamente, sob iminente risco. A propósito, o parlamentar está convidado a verificar in loco a precariedade das instalações físicas.

4. Antevendo o problema e antes que uma tragédia ocorra, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região vem, há muitos anos, procurando uma forma de solucionar o

problema. Dessa forma, por absoluta falta de outra alternativa viável, o TRT terminou por se fixar na opção de construção de prédio no sistema built-to-suit, ou seja, edificação sob encomenda, para locação posterior.

5. Para assegurar a absoluta transparência e a regularidade da contratação, bem como a fim de evitar questionamentos futuros, o então presidente do TRT submeteu o projeto, previamente, ao Tribunal de Contas da União, onde foi obtida aprovação. Em seguida, o projeto foi submetido ao crivo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao qual compete o controle administrativo e financeiro do TRT. Ali também nada se encontrou que pudesse obstar a concretização do plano. E, agora, os dirigentes vêm envidando todos os esforços para a concretização do planejado. Estima-se que, em quatro anos, finalmente o fórum trabalhista do Recife terá instalações adequadas.

6: A escolha da empresa construtora foi antecedida de concorrência pública e, quando o prédio for entregue, naturalmente, o TRT pagará aluguel mensal, estipulado contratualmente, em valor absolutamente compatível com a área do edifício locado, que abrigará, no limite, 40 Varas do Trabalho, além de outras instalações, como a Escola Judicial, Sala de Leilões, etc. A avaliação de preço de mercado de locação foi feita pela Caixa Econômica Federal, segundo orientação do TCU.

7. É assim que o TRT está resolvendo o problema da localização das varas trabalhistas da capital, de forma ágil e sem a movimentação de volumosos recursos orçamentários que seriam necessários à construção do prédio.

8. A crítica do deputado desconsidera todos esses aspectos. A todo e qualquer cidadão brasileiro, assim como também ao próprio deputado, é assegurado o direito de informação e de fiscalização dos atos dos administradores público, mas do exercício desse direito não pode decorrer dúvida infundada quanto à honestidade dos administradores da Corte Trabalhista de Pernambuco, e nem pode qualquer cidadão – muito menos um deputado federal – tentar macular a imagem da Justiça do Trabalho de Pernambuco, a qual sempre foi conhecida por sua reputação retilínea.

9. A Anamatra e a Amatra 6 (PE) solidarizam-se com a Magistratura do Trabalho da 6ª Região, dada sua história e quase octogenária da Justiça do Trabalho em Pernambuco, sem que haja mácula a lhe tingir a reputação.

Brasília, 11 de maio de 2015.

Paulo Luiz Schmidt  
Presidente da Anamatra

André Luiz Machado  
Presidente da Amatra 6 (PE)

## Blog do Jamildo

12/05/2015

### Polêmica dos R\$ 2 milhões: Associação Nacional dos Magistrados critica declarações de Silvio Costa

Publicado em 12/05/2015 às 18:42 por Marcela Balbino em Notícias

Semana passada, o **Blog** chamou atenção para um contrato milionário de aluguel para instalação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª região. O novo fórum trabalhista do Recife será erguido em um terreno na Avenida Cruz Cabugá e construído em um regime chamado *built to suit*, quando o imóvel é feito sob encomenda para o locatário. Após ser finalizado, o aluguel será R\$ 1,9 milhão por mês.

Revoltado com os números, o deputado federal Silvio Costa (PSC) chamou o processo de “escandaloso” e prometeu pedir esclarecimentos na Comissão do Trabalho da Câmara Federal.

Em resposta, a Anamatra e a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região (Amatra 6/PE) divulgaram na segunda-feira (11) nota de esclarecimento na qual se manifestam sobre as declarações do deputado Silvio Costa (PSC/PE) acerca do contrato firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) para a construção do Fórum Trabalhista do Recife.

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO DAS ENTIDADES:

*A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região – AMATRA 6 (PE), ao tomarem conhecimento de considerações do Deputado Federal Silvio Costa (PSC/PE) acerca de contrato firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) para a construção do Fórum Trabalhista do Recife, vêm a público manifestar-se nos seguintes termos:*

- 1. O deputado Silvio Costa, por sua atuação enquanto empresário da educação no Estado de Pernambuco, é conhecido da Justiça do Trabalho. Enquanto presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados manifestou-se, diversas vezes, de maneira negativa em relação a temas afetos à Magistratura e ao Direto do Trabalho.*
- 2. As declarações do deputado no caso revelam desconhecimento do contrato. Não ficam claros os objetivos do parlamentar em denegrir a imagem do TRT/PE, fazendo críticas apressadas sem sequer averiguar, o que confessa ao afirmar que tomará severas providências “se esta operação for verdadeira”. Além disso, o deputado esquece que não tem poder para convocar integrantes do Poder Judiciário para depor na Câmara dos Deputados.*
- 3. Nenhuma das afirmações do parlamentar corresponde à verdade. A Justiça do Trabalho de Pernambuco é uma das poucas no Brasil que não possui imóvel próprio para sediar o fórum da Capital. Sabe-se que o Fórum do Recife vem funcionando,*

*precariedade, há mais de oito anos, no antigo prédio da Sudene, edificação que, atualmente, não apresenta as mínimas condições de higiene e segurança para sediar as Varas do Trabalho da Capital, por onde circulam e trabalham milhares de pessoas diariamente, sob iminente risco. A propósito, o parlamentar está convidado a verificar in-loco a precariedade das instalações físicas.*

*4. Antevendo o problema e antes que uma tragédia ocorra, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região vem, há muitos anos, procurando uma forma de solucionar o problema. Dessa forma, por absoluta falta de outra alternativa viável, o TRT terminou por se fixar na opção de construção de prédio no sistema built-to-suit, ou seja, edificação sob encomenda, para locação posterior.*

*5. Para assegurar a absoluta transparência e a regularidade da contratação, bem como a fim de evitar questionamentos futuros, o então presidente do TRT submeteu o projeto, previamente, ao Tribunal de Contas da União, onde foi obtida aprovação. Em seguida, o projeto foi submetido ao crivo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao qual compete o controle administrativo e financeiro do TRT. Ali também nada se encontrou que pudesse obstar a concretização do plano. E, agora, os dirigentes vêm envidando todos os esforços para a concretização do planejado. Estima-se que, em quatro anos, finalmente o fórum trabalhista do Recife terá instalações adequadas.*

*6. A escolha da empresa construtora foi antecedida de concorrência pública e, quando o prédio for entregue, naturalmente, o TRT pagará aluguel mensal, estipulado contratualmente, em valor absolutamente compatível com a área do edifício locado, que abrigará, no limite, 40 Varas do Trabalho, além de outras instalações, como a Escola Judicial, Sala de Leilões, etc. A avaliação de preço de mercado de locação foi feita pela Caixa Econômica Federal, segundo orientação do TCU.*

*7. É assim que o TRT está resolvendo o problema da localização das varas trabalhistas da capital, de forma ágil e sem a movimentação de volumosos recursos orçamentários que seriam necessários à construção do prédio.*

*8. A crítica do deputado desconsidera todos esses aspectos. A todo e qualquer cidadão brasileiro, assim como também ao próprio deputado, é assegurado o direito de informação e de fiscalização dos atos dos administradores público, mas do exercício desse direito não pode decorrer dúvida infundada quanto à honestidade dos administradores da Corte Trabalhista de Pernambuco, e nem pode qualquer cidadão – muito menos um deputado federal – tentar macular a imagem da Justiça do Trabalho de Pernambuco, a qual sempre foi conhecida por sua reputação retilínea.*

*9. A Anamatra e a Amatra 6 (PE) solidarizam-se com a Magistratura do Trabalho da 6ª Região, dada sua história e quase octogenária da Justiça do Trabalho em Pernambuco, sem que haja mácula a lhe tingir a reputação.*

*Brasília, 11 de maio de 2015.*

*Paulo Luiz Schmidt*

*Presidente da Anamatra*

*André Luiz Machado*

*Presidente da Amatra 6 (PE)*

11/05/2015

## Fogo cruzado

**TRT** – Já está pronto o requerimento que Silvio Costa (PSC) apresentará na Câmara na próxima 4ª feira convidando a presidente do TRT, Sileide Barbosa, para explicar a transação imobiliária que está em curso: uma empresa privada construirá a sede do Tribunal, no bairro de Santo Amaro, e receberá de aluguel, por mês, R\$ 1.950.000,00.

07/05/2015

## Fogo Cruzado Aluguel

Pelas contas de Clóvis Corrêa, ex-vereador no ecife e ex-presidente do TRT da 6ª região, o Tribunal não tem azão para alugar um prédio em Boa Viagem por 1 milhão e 950 mil mensais para abrigar as 23 Varas do Trabalho da capital. Se alugasse 23 casas em bairros diferentes, diz ele, pagando uma média de 5 mil por mês, conseguiria economizar 1,8 milhão.

11/05/2015

## Inflação do aluguel recua para 0,51% na primeira prévia de maio

O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) ficou em 0,51% na apuração referente ao primeiro decêndio (período de dez dias) de maio. No mesmo período de apuração do mês anterior, a variação havia sido de 1,03%. As informações são da Agência Brasil.

O IGP-M é utilizado para reajustar contratos de aluguel, tarifas públicas e planos de saúde (nos contratos mais antigos). Abrange toda a população, sem restrição de nível de renda. Medido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), o índice se baseia na pesquisa de preços de matérias-primas agrícolas e industriais, bens e serviços finais.

A apuração referente ao primeiro decêndio do IGP-M de maio compreende o intervalo de 21 a 30 do mês de abril. A pesquisa de preços do IGP-M é feita entre o dia 21 do mês anterior (abril) até o dia 20 do mês atual (maio).

O IGP-M é formado pelo IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional do Custo da Construção).

O IPA registrou variação de 0,56% no primeiro decêndio de maio. No mesmo período de abril, o índice havia variado 1,28%. O IPC apresentou variação de 0,47% no primeiro decêndio de maio. No mesmo período do mês anterior, a taxa fora de 0,53%. O INCC registrou no primeiro decêndio de maio variação de 0,27%, abaixo do resultado do mês anterior, de 0,69%.

**VEJA TAMBÉM: TRT JUSTIFICA ALUGUEL DE IMÓVEL POR QUASE R\$ 2 MILHÕES PARA SEDIAR NOVO FÓRUM DO RECIFE**

09 de maio de 2015 | TRT | Diário de Pernambuco | Brasília-DF | PE

## Deputado em briga com TRT

O deputado federal Silvio Costa (PSC) apresentará, na próxima quarta-feira, um requerimento na Comissão do Trabalho da Câmara convocando a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Gisane Barbosa, para dar explicações sobre o contrato de construção do novo Fórum do Recife. As empresas que venceram a licitação (Tecla Construções Ltda e Nova Aurora Negócios Imobiliários) erguerão o prédio no bairro de Santo Amaro em uma modalidade de operação imobiliária conhecida por build to suit ou locação sob medida.

Na prática, é um tipo de operação que consiste em um contrato pelo qual um investidor viabiliza um empreendimento imobiliário segundo os interesses do usuário, no caso o TRT. O tribunal irá utilizar o prédio por um período pré-estabelecido, numa espécie de aluguel, garantindo o retorno do investimento e a remuneração pelo uso do imóvel. O fórum terá 25 mil metros quadrados e o período do contrato será de 15 anos, renováveis por mais 15, a um custo mensal de R\$ 1,95 milhão.

O parlamentar argumentou que a Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho se posicionou contra o tipo de operação. "Vou convocar uma audiência pública após a convocação da presidente na comissão. Iremos chamar o Ministério Público, o TCU, engenheiros e outros atores para discutir esse contrato. A empresa aluga um prédio por 15 anos, por quase R\$ 2 milhões ao mês e, ao final, o prédio não pertencerá ao poder público", afirmou.

Em nota, o TRT explicou, entre outras coisas, que após consulta à Secretaria do Patrimônio da União sobre existência de imóvel disponível, com resultado negativo, e publicação de edital, foi firmado, em janeiro de 2015, contrato para locação de imóvel futuro (built to suit). "Ele será construído segundo as necessidades do Tribunal, no bairro de Santo Amaro, e recebeu aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TCU", finaliza.

08/05/2015 | Diário Econômico | PE | Tribunais Regionais do Trabalho

## Quase R\$ 2 milhões

Ex-presidente do **Tribunal Regional do Trabalho** em Pernambuco (TRT - 6ª Região), Clóvis Corrêa não poupa críticas ao custo dos aluguel do novo prédio que abrigará o órgão. Diz que a cifra é de R\$ 1,95 milhão por mês. Corrêa fez reclamação formal na Ouvidoria do TRT (nº339), sugerindo a descentralização das varas do Recife em diversos bairros. Para o desembargador, a despesa vai na contramão da economia dos gastos públicos da União.

**jornal do commercio**

09/05/2015

Deputado questiona TRT de PE

O deputado federal Silvio Costa (PSC) questionou, ontem, o contrato feito pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região para construção e locação de um prédio para abrigar o fórum trabalhista do Recife. Segundo o deputado, nessa operação, o TRT irá desembolsar valor mensal de R\$ 1,9 milhão, fato que ele considera absurdo. Ele prometeu pedir, na próxima quarta-feira (13), a convocação da presidente do tribunal, Gisane Barbosa de Araújo, para prestar esclarecimentos na Câmara.

O fórum trabalhista do Recife ficará na Avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro. Conforme relatou Silvio Costa, o imóvel terá 25 mil metros quadrados e será construído pelas empresas Tecla Construções Ltda e Nova Aurora Negócios Imobiliários (proprietária do terreno), vencedoras da licitação. O contrato terá duração de 15 anos, podendo ser renovado por mais 15. Nessa modalidade de contrato, o locador executa a obra de acordo com a orientação do locatário e depois aluga o imóvel.

Por meio de nota, o TRT da 6ª região justificou o empreendimento pela necessidade de abrigar equipamentos e abrigar oito novas varas da capital, passando de 23 para 31. Ainda segundo o tribunal, o negócio recebeu aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TCU

## TRT6 justifica locação alta

A assessoria de Comunicação do TRT da 6ª Região envia esclarecimento justificando a contratação de um prédio, em regime de locação, cujo aluguel mensal será de R\$ 1,95 milhão, informando que a ideia de descentralização das Varas nos bairros do Recife se tornou inviável, pois elas contam com o Processo Judicial eletrônico (PJe-JT), que requerem a utilização de equipamentos de informática de rede para transmissão de dados de larga capacidade.

Diz ainda que já tramita anteprojeto que cria oito novas Varas para a capital, o que sinaliza uma ampliação de 23 para 31 Varas, em futuro próximo, lembrando que o novo prédio poderá abrigar 40 Varas. E que a escolha do local se deu após consulta à Secretaria do Patrimônio da União sobre existência de imóvel para um contrato para locação de imóvel futuro (built to suit). E afirma que devido à deterioração física do Edifício Sudene, o Tribunal também busca a locação de outro imóvel, provisoriamente.

Ontem, o deputado Silvio Costa anunciou que vai enviar à presidência do TRT da 6ª Região um pedido formal de esclarecimentos sobre os contratos firmados com as empresas Tecla Construções Ltda. e Nova Aurora Negócios Imobiliários Ltda., que venceram a licitação nº 10.954/2013 para um contrato de 15 anos, renováveis por mais 15.

### A nova loja da Giovanni Sonda

Depois de quase 20 anos com atuação exclusivamente na Zona Sul, onde mantém na Rua Antonio Falcão sua loja do setor de móveis e decoração, os empresários Dário e Giovanni Sonda inauguram nesta segunda-feira, na Avenida 17 de Agosto, na zona Norte do Recife, sua primeira filial, com área de aproximadamente 500 m<sup>2</sup> de área de vendas.

### Bola para cima

O ministro da Fazenda Joaquim Levy levantou a bola do anfitrião, Robinson Faria, sobre a disputa do novo hub da TAM. Disse que os investidores estão interessados em bases para receber novos investimentos.

### Estamos na briga

O governador Paulo Câmara, que soube da conversa, disse que Pernambuco está na disputa por ter um terminal dentro da cidade rodeado de rede hoteleira nova, essencial para atender um hub.

### Startup Weekend Education

A Faculdade Nova Roma promove nesta sexta-feira o Startup Weekend Education, para debater sobre projetos de novas tecnologia no setor de ensino.

Em Natal, reunião só teve água

A reunião de governadores de Natal foi franciscana. Para o público convidado, apenas água e café. O almoço foi servido apenas a chefes do executivo presentes.

Mãe Turquesa

A Turquesa (Oasis Alimentos) fez ação especial em que distribuiu ingressos e CD do Padre Reginaldo Manzotti, que faz show amanhã no Chevrolet Hall iniciando projeto que vai a vários mercados da RMR.

Mãe Rommanel

O Grupo Marsaro, que é o distribuidor da Rommanel e tem 11 lojas no Estado, criou campanha para o Dia das Mães no Recife e Caruaru. Quem compra R\$ 110 ganha cupons para concorrer a prêmio de até R\$ 1 mil.

Ricardo Dantas

Reciprev não vai comprar da Recda

O secretário de Finanças da Prefeitura do Recife, Ricardo Dantas, corrige informação da Coluna na edição de ontem quando se disse que estaria de olho nos R\$ 880 milhões do Reciprev, o fundo de previdência dos servidores. Segundo ele, resolução da CVM proíbe, expressamente, que o patrocinador possa ter recebíveis do fundo patrocinado, o que, automaticamente, exclui o Reciprev da lista de clientes da Recda. Dantas aposta no lançamento de títulos no valor de R\$ 60 milhões programado para outubro, pois os créditos que lastreiam os papéis da PCR são muito bons. O secretário lembrou que o projeto será uma das principais fontes de receitas com as quais o prefeito Geraldo Julio trabalha para investimentos no último trimestre de 2015 e início de 2016.

## Deputado em briga com TRT

O deputado federal Silvio Costa (PSC) apresentará, na próxima quarta-feira, um requerimento na Comissão do Trabalho da Câmara convocando a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Gisane Barbosa, para dar explicações sobre o contrato de construção do novo Fórum do Recife. As empresas que venceram a licitação (Tecla Construções Ltda e Nova Aurora Negócios Imobiliários) erguerão o prédio no bairro de Santo Amaro em uma modalidade de operação imobiliária conhecida por build to suit ou locação sob medida.

Na prática, é um tipo de operação que consiste em um contrato pelo qual um investidor viabiliza um empreendimento imobiliário segundo os interesses do usuário, no caso o TRT. O tribunal irá utilizar o prédio por um período pré-estabelecido, numa espécie de aluguel, garantindo o retorno do investimento e a remuneração pelo uso do imóvel. O fórum terá 25 mil metros quadrados e o período do contrato será de 15 anos, renováveis por mais 15, a um custo mensal de R\$ 1,95 milhão.

O parlamentar argumentou que a Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho se posicionou contra o tipo de operação. "Vou convocar uma audiência pública após a convocação da presidente na comissão. Iremos chamar o Ministério Público, o TCU, engenheiros e outros atores para discutir esse contrato. A empresa aluga um prédio por 15 anos, por quase R\$ 2 milhões ao mês e, ao final, o prédio não pertencerá ao poder público", afirmou.

Em nota, o TRT explicou, entre outras coisas, que após consulta à Secretaria do Patrimônio da União sobre existência de imóvel disponível, com resultado negativo, e publicação de edital, foi firmado, em janeiro de 2015; contrato para locação de imóvel

futuro (built to suit). "Ele será construído segundo as necessidades do Tribunal, no bairro de Santo Amaro, e recebeu aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TCU", finaliza.

## Silvio Costa vai convocar TRT para explicar operação imobiliária

Estou indignado com esta operação imobiliária realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Aliás, custa-me acreditar tamanho descaso com os recursos públicos. Isto é uma afronta à sociedade brasileira.

Em função disto, já na próxima quarta-feira (13), farei um requerimento de convocação dos responsáveis por esta operação escandalosa para prestar esclarecimentos na Comissão do Trabalho da Câmara Federal.

Se esta operação for verdadeira, vou às últimas consequências para tentar impedir tamanho desrespeito ao povo do Brasil. No momento em que o País está precisando fazer o ajuste fiscal, e que o Poder Público tem que dar exemplo, é estarrecedora esta notícia do TRT.



08/05/2015

## Deputado Sílvio Costa vai convocar TRT para explicar aluguel milionário

O vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Sílvio Costa (PSC), criticou a presidente do Tribunal Regional do Trabalho em Pernambuco da 6ª região, Gisane Barbosa de Araújo, por ter alugado uma casa pelo valor mensal de R\$1.9 milhão por mês, conforme antecipou o Blog nessa quinta (8).

O deputado pretende fazer um requerimento de convocação dos responsáveis por esta operação, considerada por ele "escandalosa", já na próxima quarta-feira (13) para que sejam prestados esclarecimentos na Comissão do Trabalho da Câmara Federal.

Segundo o deputado, não existem justificativas para que a Justiça do Trabalho se dê ao luxo de pagar quase dois milhões de reais por mês no aluguel de uma casa e disse que isso é um desrespeito.

"Se esta operação for verdadeira, vou às últimas consequências para tentar impedir tamanho desrespeito ao povo do Brasil. No momento em que o País está precisando fazer o ajuste fiscal, e que o poder público tem que dar exemplo, é estarrecedora esta notícia do TRT", afirmou o deputado.

Publicado em 08/05/2015 às 10:32 | Blog do jamildo

## Deputado Sílvio Costa vai convocar TRT para explicar aluguel milionário

Por Cássio Oliveira em Notícias

O vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Sílvio Costa (PSC), criticou a presidente do Tribunal Regional do Trabalho em Pernambuco da 6ª região, Gisane Barbosa de Araújo, por ter alugado uma casa pelo valor mensal de R\$1.9 milhão por mês, conforme antecipou o Blog nessa quinta (8).

O deputado pretende fazer um requerimento de convocação dos responsáveis por esta operação, considerada por ele “escandalosa”, já na próxima quarta-feira (13) para que sejam prestados esclarecimentos na Comissão do Trabalho da Câmara Federal.

LEIA MAIS:

Em tempos de crise, aluguel do novo prédio do TRT pode chegar a R\$ 2 milhões

Segundo o deputado, não existem justificativas para que a Justiça do Trabalho se dê ao luxo de pagar quase dois milhões de reais por mês no aluguel de uma casa e disse que isso é um desrespeito.

“Se esta operação for verdadeira, vou às últimas consequências para tentar impedir tamanho desrespeito ao povo do Brasil. No momento em que o País está precisando fazer o ajuste fiscal, e que o poder público tem que dar exemplo, é estarrecedora esta notícia do TRT”, afirmou o deputado.

Publicado em 07/05/2015 às 20:52 | Blog do Jamildo

## Em tempos de crise, aluguel do novo prédio do TRT pode chegar a R\$ 2 milhões

Por Marcela Balbino em Notícias

Na contramão da economia de gastos públicos, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª região contratou uma empresa para construir o novo fórum trabalhista do Recife, em um terreno na Avenida Cruz Cabugá, na área central da capital. A construção será erguida em um regime chamado built to suit, quando o imóvel é feito sob encomenda para o locatário. Após ser finalizado, o aluguel será R\$ 1,9 milhão, por mês.

A operação imobiliária built to suit é um contrato de locação no qual o locatário encomenda a construção ou a reforma de imóvel para atender às necessidades, mas cabe ao locador construir ou promover a reforma no imóvel que será locado. O contrato envolve a construção a posterior locação.

Já pensando na ampliação, o TRT prevê a construção de 40 varas. Atualmente, são 23. O contrato do aluguel é válido por 15 anos e pode ser prorrogado pelo mesmo período.

O ex-presidente do TRT-PE Clóvis Corrêa critica duramente a decisão de alugar o imóvel. “Este modelo é absurdo. Vai na contramão da economia dos gastos públicos da União e, sobretudo, do grande interessado que é o trabalhador, que gostaria de ter a justiça perto de sua casa”, explica Corrêa, que esteve à frente do órgão na década de 80. O desembargador buscou a ouvidoria do TRT e fez a reclamação formal.

Para Corrêa, o mais adequado seria alugar imóveis mais baratos em bairros da cidade, em vez de concentrar o fórum em um único local, ao custo de quase R\$ 2 milhões por mês. “Além da economia, teríamos a justiça próxima ao cidadão, evitando-se atrasos nas audiências em decorrência de congestionamento e do trânsito cada vez mais caótico neste cidade”, defende.

08/05/2015 | JC Negócios

## TRT mudará varas de endereço | Novo Fórum Trabalhista do Recife

Por quase R\$ 2 milhões ao mês, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região contratou, em janeiro, de um consórcio de empresas pernambucanas através do sistema built to suit (em que o locador executa a construção de acordo com as exigências do locatário) o aluguel de edifício de 25 mil m<sup>2</sup> para abrigar 40 varas da Capital. Ele já prevê a expansão dos serviços, uma vez que hoje são apenas 23 varas. O edifício será feito pela empresa Tecla Construções Ltda., em conjunto com Nova Aurora Negócios Imobiliários Ltda, dona do terreno, localizado na Avenida Cruz Cabugá com a Rua 2 de julho, em Santo Amaro, que venceram licitação (nº 10.954/2013), na qual o TRT6 manifestou o interesse de pagar até R\$ 1,95 milhão mensais. O contrato é de 15 anos, renováveis por mais 15 anos.



08/05/2015

## Silvio Costa Filho vai convocar TRT para explicar operação imobiliária

O líder da oposição na Assembleia, Silvio Costa Filho (PTB), disse que está indignado com a operação imobiliária realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. De acordo com ele, a situação mostra o tamanho descaso com os recursos públicos. “Isto é uma afronta à sociedade brasileira. Em função disto, já na próxima quarta-feira(13), farei um requerimento de convocação dos responsáveis por esta operação escandalosa para prestar esclarecimentos na Comissão do Trabalho da Câmara Federal”, disse.

Ele declarou ainda que se operação for verdadeira, vai às últimas consequências para tentar impedir tamanho desrespeito ao povo do Brasil. “No momento em que o País está precisando fazer o ajuste fiscal, e que o Poder Público tem que dar exemplo, é estarrecedora esta notícia do TRT”, bradou.



08/05/2015

## Silvio Costa vai convocar o TRT para explicar operação imobiliária

O deputado Sílvio Costa (PSC) declarou hoje (8) por meio de nota que vai apresentar um requerimento na Câmara Federal na próxima quarta-feira (13) pedindo a convocação da presidente do TRT da 6ª Região, Gisane Barbosa, para dar explicações sobre o contrato celebrado com um consórcio de empresas, pela modalidade "built to suit", pagando um aluguel mensal de R\$ 1,95 milhão.

Por essa modalidade de contrato, o locador executa a obra de acordo com a orientação do locatário e depois a aluga.

O novo fórum trabalhista do Recife, projetado para abrigar 40 varas (hoje são apenas 23), ficará localizado no cruzamento da Avenida Cruz Cabugá (centro da cidade) com a Rua 2 de julho, no bairro de Santo Amaro.

Ele terá 25 mil metros quadrados e será construído pelas empresas Tecla Construções Ltda e Nova Aurora Negócios Imobiliários (que é a dona do terreno), vencedoras da licitação. O contrato terá duração de 15 anos, podendo ser renovado por mais 15.

"Estou indignado com esta operação imobiliária realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Aliás, custa-me acreditar tamanho descaso com os recursos públicos. Isto é uma afronta à sociedade brasileira", disse o deputado pernambucano.

Se esta operação for verdadeira, acrescentou, "vou às últimas consequências para tentar impedir tamanho desrespeito ao povo do Brasil. No momento em que o país está precisando fazer o ajuste fiscal e que o poder público tem que dar exemplo de austeridade, é estarecedora esta notícia do TRT".



08/05/2015

## Sílvio Costa vai convocar TRT para explicar operação imobiliária

Estou indignado com esta operação imobiliária realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Aliás, custa-me acreditar tamanho descaso com os recursos públicos. Isto é uma afronta à sociedade brasileira.

Em função disto, já na próxima quarta-feira (13), farei um requerimento de convocação dos responsáveis por esta operação escandalosa para prestar esclarecimentos na Comissão do Trabalho da Câmara Federal.

Se esta operação for verdadeira, vou às últimas consequências para tentar impedir tamanho desrespeito ao povo do Brasil. No momento em que o País está precisando fazer o ajuste fiscal, e que o Poder Público tem que dar exemplo, é estarecedora esta notícia do TRT.

## CLIPPING

DATA:	VEÍCULO:	CADERNO/PÁGINA
09/05/2015	DIARIO DE PERNAMBUCO	POLÍTICA – PÁG B4

LUIS MACEDO/CAMARA DOS DEPUTADOS

PRÉDIO ALUGADO

# Deputado em briga com TRT

O deputado federal Silvio Costa (PSC) apresentará, na próxima quarta-feira, um requerimento na Comissão do Trabalho da Câmara convocando a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Gisane Barbosa, para dar explicações sobre o contrato de construção do novo Fórum do Recife. As empresas que venceram a licitação (Tecla Construções Ltda e Nova Aurora Negócios Imobiliários) erguerão o prédio no bairro de Santo Amaro em uma modalidade de operação imobiliária conhecida por build to suit ou locação sob medida.

Na prática, é um tipo de operação que consiste em um contrato pelo qual um investidor viabiliza um empreen-

dimento imobiliário segundo os interesses do usuário, no caso o TRT. O tribunal irá utilizar o prédio por um período pré-estabelecido, numa espécie de aluguel, garantindo o retorno do investimento e a remuneração pelo uso do imóvel. O fórum terá 25 mil metros quadrados e o período do contrato será de 15 anos, renováveis por mais 15, a um custo mensal de R\$ 1,95 milhão.

O parlamentar argumentou que a Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho se posicionou contra o tipo de operação. “Vou convocar uma audiência pública após a convocação da presidente na comissão. Iremos chamar o Ministério Pú-



Silvio Costa condenou o tribunal pelo aluguel do prédio

blico, o TCU, engenheiros e outros atores para discutir esse contrato. A empresa aluga um prédio por 15 anos, por quase R\$ 2 milhões ao mês e, ao final, o prédio não pertencerá ao poder público”, afirmou.

Em nota, o TRT explicou, entre outras coisas, que após consulta à Secretaria do Patrimônio da União sobre exis-

tência de imóvel disponível, com resultado negativo, e publicação de edital, foi firmado, em janeiro de 2015, contrato para locação de imóvel futuro (built to suit). “Ele será construído segundo as necessidades do Tribunal, no bairro de Santo Amaro, e recebeu aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TCU”, finaliza.

## CLIPPING

DATA:	VEÍCULO:	CADERNO/PÁGINA
09/05/2015	JORNAL DO COMMERCIO	JC POLÍTICA -- PÁG 4

### Deputado questiona TRT de PE

Da Redação

O deputado federal Silvio Costa (PSC) questionou, ontem, o contrato feito pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região para construção e locação de um prédio para abrigar o fórum trabalhista do Recife. Segundo o deputado, nessa operação, o TRT irá desembolsar valor mensal de R\$ 1,9 milhão, fato que ele considera "absurdo". Ele prometeu pedir, na próxima quarta-feira (13), a convocação da presidente do tribunal, Gisane Barbosa de Araújo, para prestar esclarecimentos na Câmara.

O fórum trabalhista do Recife ficará na Avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro. Conforme relatou Silvio Costa, o imóvel terá 25 mil metros quadrados e será construído pelas empresas Tecla Construções Ltda e Nova Aurora Negócios Imobiliários (proprietária do terreno), vencedoras da licitação. O contrato terá duração de 15 anos, podendo ser renovado por mais 15. Nessa modalidade de contrato, o locador executa a obra de acordo com a orientação do locatário e depois aluga o imóvel.

Por meio de nota, o TRT da 6ª região justificou o empreendimento pela necessidade de abrigar equipamentos e abrigar oito novas varas da capital, passando de 23 para 31. Ainda segundo o tribunal, o negócio "recebeu aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do TCU".

## CLIPPING

<b>DATA:</b> 08/05/2015	<b>VEÍCULO:</b> DIARIO DE PERNAMBUCO	<b>CADERNO/PÁGINA</b> ECONOMIA/DIARIO ECONOMICO - PÁG B7
----------------------------	---	---

■ ■ ■ economia



**diario**  
econômico

bruna siqueira campos  
brunasiqueira.pe@dabr.com.br

### *Frutos do ajuste*

A crise que atravessa o país é como uma novela de roteiro confuso e cruel. Tão abrangente e criativa que traz de mudanças nos direitos trabalhistas a falta de medicamentos para pacientes da rede pública. No último capítulo, os espectadores viram parlamentares votarem em Brasília a MP 665, primeiro item do amargo pacote de ajuste fiscal, que teve direito até a chuva de "petrodólares" na Câmara. A medida provisória muda as regras do seguro-desemprego e aumenta de seis meses para um ano o tempo mínimo de carteira assinada para se requerer o benefício, o que é temerário em um momento como este, em que o mercado de trabalho encolhe gradativamente. A novela *made in Brazil* trata ainda retenção de verbas de programas educacionais, como o Fies e o Ciência Sem Fronteiras - o que parecia impensável em 2015, ano do slogan Pátria Educadora. Mas como o

#### **Quase R\$ 2 milhões**

Ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho em Pernambuco (TRT - 6ª Região), Clóvis Corrêa não poupa críticas ao custo dos aluguel do novo prédio que abrigará o órgão. Diz que a cifra é de R\$ 1,95 milhão por mês. Corrêa fez reclamação formal na Ouvidoria do TRT (nº339), sugerindo a descentralização das varas do Recife em diversos bairros. Para o desembargador, a despesa vai na contramão da economia dos gastos públicos da União.

#### **PM do Rio usará Colab**

B  
O  
1  
e  
je  
LITO

# CLIPPING

<b>DATA:</b> 08/05/2015	<b>VEÍCULO:</b> JORNAL DO COMMERCIO	<b>CADERNO/PÁGINA</b> ECONOMIA - PÁG 2
----------------------------	--	---

## ⇒ TRT mudará varas de endereço

### Novo Fórum Trabalhista do Recife

Por quase R\$ 2 milhões ao mês, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região contratou, em janeiro, de um consórcio de empresas pernambucanas - através do sistema *built to suit* (em que o locador executa a construção de acordo com as exigências do locatário) - o aluguel de edifício de 25 mil m<sup>2</sup> para abrigar 40 varas da Capital. Ele já prevê a expansão dos serviços, uma vez que hoje são apenas 23 varas. O edifício será feito pela empresa Tecla Construções Ltda., em conjunto com Nova Aurora Negócios Imobiliários Ltda, dona do terreno, localizado na Avenida Cruz Cabugá com a Rua 2 de julho, em Santo Amaro, que venceram licitação (nº 10.954/2013), na qual o TRT6 manifestou o interesse de pagar até R\$ 1,95 milhão mensais. O contrato é de 15 anos, renováveis por mais 15 anos.

## CLIPPING

<b>DATA:</b> 09/05/2015	<b>VEÍCULO:</b> JORNAL DO COMMERCIO	<b>CADERNO/PÁGINA</b> ECONOMIA/JC NEGÓCIOS – PÁG 2
----------------------------	--	---

2 jornal do commercio

### economia

## je negócios

**Fernando Castilho**

castilho@jc.com.br

twitter: jc\_jcnegocios

telefone: (81) 3413.6536



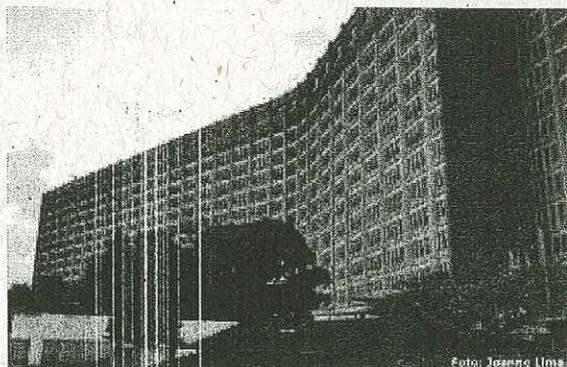
## TRT6 justifica locação alta

A assessoria de Comunicação do TRT da 6ª Região envia esclarecimento justificando a contratação de um prédio, em regime de locação, cujo aluguel mensal será de R\$ 1,95 milhão, informando que a ideia de descentralização das Varas nos bairros do Recife se tornou inviável, pois elas contam com o Processo Judicial eletrônico (PJe-JT), que requerem a utilização de equipamentos de informática de rede para transmissão de dados de larga capacidade.

Diz ainda que já tramita anteprojeto que cria oito novas Varas para a capital, o que sinaliza uma ampliação de 23 para 31 Varas, em futuro próximo, lembrando que o novo prédio poderá abrigar 40 Varas. E que a escolha do local se deu após consulta à Secretaria do Patrimônio da União sobre existência de imóvel para um contrato para locação de imóvel futuro (built to suit). E afirma que devido à deterioração física do Edifício Sudene, o Tribunal também busca a locação de outro imóvel, provisoriamente.

Ontem, o deputado Silvio Costa anunciou que vai enviar à presidência do TRT da 6ª Região um pedido formal de esclarecimentos sobre os contratos firmados com as empresas Teclá Construções Ltda. e Nova Aurora Negócios Imobiliários Ltda., que venceram a licitação nº 10.954/2013 para um contrato de 15 anos, renováveis por mais 15.

## OAB-PE APROVA MUDANÇA PROVISÓRIA DO FÓRUM TRABALHISTA DO RECIFE



O presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves, “ad referendum” do Conselho Seccional, aprova e elogia as medidas anunciadas pela direção do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), em relação à mudança provisória do Fórum do Trabalho do Recife, que funciona no prédio da Sudene.

Com poucos meses de empossada – cerimônia realizada no mês de fevereiro último -, a presidente do TRT6, desembargadora Gisane Barbosa Araújo, está prestes a solucionar um dos maiores problemas da advocacia de nosso Estado, que é a precariedade das instalações das Varas do Trabalho do Recife, situadas no condomínio do Edifício da Sudene. Imóvel condenado pela defesa civil e que é objeto de ação judicial da própria Associação dos Magistrados do Trabalho de Pernambuco (AMATRA-PE) para interdição do prédio. “A Mesa Diretora do TRT6 está diligenciando o atendimento de um reclamo geral, da advocacia, dos serventuários, dos magistrados e dos próprios jurisdicionados”, assinalou Pedro Henrique.

No final do ano passado, o TRT6 recebeu autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para iniciar a construção da nova sede da Justiça do Trabalho e do próprio Tribunal no Recife, obra que está sendo executada no regime “built to suit” (construção sob medida para arrendamento), mas que demorará mais de 40 meses para sua conclusão.

“A situação das Varas do Trabalho instaladas no prédio da Sudene é insustentável, risco iminente de incêndio, panes elétricas, alagamentos por chuvas, dificuldade de acesso nos poucos elevadores que ainda funcionam etc., de forma que a mudança provisória merece a aprovação da advocacia”, disse o presidente da OAB-PE. O TRT6 está estudando a melhor opção dentre os edifícios empresariais disponíveis no mercado, para pronta entrega em locação, para centralizar os serviços jurisdicionais das varas do trabalho do Recife, o que assegurará a racionalidade dos custos operacionais e a facilitação do acesso dos advogados às audiências notadamente em razão da crise na mobilidade urbana.

**REQUERIMENTO Nº , DE 2013**

**(Do Sr. Silvio Costa)**

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a operação imobiliária que será realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região.

Senhor Presidente:

Nos termos Regimentais, solicito a realização de audiência pública, a fim de debater a operação imobiliária que será realizada pelo TRT da 6ª Região, cujo aluguel mensal será de R\$ 1.950.000,00.

Se possível, gostaria que a audiência fosse realizada na cidade do Recife com os seguintes convidados:

Representante do Tribunal de Contas da União;

Representante da Controladoria Geral do Tribunal Superior do Trabalho;

Representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis;

Representante do Sindicato da Construção Civil;

Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região - Dra. Gisane Barbosa de Araujo.

Diante da importância do tema, esperamos contar com o apoio dos nobres membros desta Comissão de Defesa do Consumidor para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2015.

**Deputado Silvio Costa**

**PSC/PE**

**REQUERIMENTO N° , DE 2015**

**(Do Sr. Silvío Costa)**

Requer que seja convidada a Presidente do TRT 6ª Região, Dra. Gisane Barbosa Araujo, para esclarecimentos sobre a operação imobiliária que será realizada por aquele Tribunal.

Senhor Presidente:

Nos termos Regimentais, solicito que seja convidada a Dra. Gisane Barbosa de Araujo, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região, para esclarecimentos sobre a operação imobiliária que será realizada pelo TRT da 6ª Região, cujo aluguel mensal é de R\$ 1.950.000,00. Esta operação é conhecida como locação Sob Medida.

Diante da importância do tema, esperamos contar com o apoio dos nobres membros desta Comissão para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2015.

Deputado **Silvío Costa**

**PSC/PE**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária****RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 13/05/2015**

LOCAL: Anexo II, Plenário 12

HORÁRIO: 10h

**A - Matéria Sobre a Mesa:**

1 - **REQUERIMENTO Nº 41/15** - do Sr. Silyio Costa - que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a operação imobiliária que será realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região".

**NÃO DELIBERADO.**

2 - **REQUERIMENTO Nº 42/15** - do Sr. Silvio Costa - que "requer que seja convidada a Presidente do TRT 6ª Região, Dra. Gisane Barbosa Araujo, para esclarecimentos sobre a operação imobiliária que será realizada por aquele Tribunal".

**NÃO DELIBERADO.****B - Requerimentos:**

3 - **REQUERIMENTO Nº 30/15** - dos Srs. Daniel Almeida e Jô Moraes - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre "Fechamento das fábricas eletrointensivas para vender energia".

**NÃO DELIBERADO.**

4 - **REQUERIMENTO Nº 31/15** - do Sr. André Figueiredo - que "requer que seja realizada, no âmbito dessa Comissão, Audiência Pública para discutir o PL 7.560, de 2014, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e sobre as condições especiais da atividade de treinador de futebol e do atleta profissional".

**NÃO DELIBERADO.**

5 - **REQUERIMENTO Nº 32/15** - da Sra. Erika Kokay - que "requer, nos termos regimentais, a criação de Subcomissão Especial, no âmbito desta Comissão, para acompanhar e discutir as políticas de emprego no Brasil".

**NÃO DELIBERADO.**

6 - **REQUERIMENTO Nº 33/15** - da Sra. Erika Kokay - que "requer a realização de diligência e audiência pública desta Comissão na cidade de Curitiba- PR, para tratar das violações decorrentes dos excessos, abusos e da violência policial deflagrada em desfavor de aproximadamente 213 manifestantes, no dia 29/04/2015, durante manifestação de professores (as) e diversos (as) servidores (as) públicos contra projeto de lei que altera a

# Câmara dos Deputados - Comissões

Veja também:

[Pauta...](#) [Vídeo](#) [Áudio](#) [Resultado](#)

Ordem do Dia nas Comissões

## COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO 55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

### PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA EM 13/5/2015 às 10h

#### Matéria Sobre a Mesa

**53 - REQ 41/2015 CTASP** - do Sr. Silvio Costa - que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a operação imobiliária que será realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região".

#### RESULTADO:

**Aprovado.**

**Não Deliberado**

**54 - REQ 42/2015 CTASP** - do Sr. Silvio Costa - que "requer que seja convidada a Presidente do TRT 6ª Região, Dra. Gisane Barbosa Araujo, para esclarecimentos sobre a operação imobiliária que será realizada por aquele Tribunal".

#### RESULTADO:

**Não Deliberado**

#### Requerimentos

**1 - REQ 30/2015 CTASP** - dos Srs. Daniel Almeida e Jô Moraes - que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre "Fechamento das fábricas eletrointensivas para vender energia".

#### RESULTADO:

**Não Deliberado.**

**2 - REQ 31/2015 CTASP** - do Sr. André Figueiredo - que "requer que seja realizada, no âmbito dessa Comissão, Audiência Pública para discutir o PL 7.560, de 2014, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e sobre as condições especiais da atividade de treinador de futebol e do atleta profissional".

#### RESULTADO:

**Não Deliberado.**